

## O Sistema de Saúde Brasileiro no pós-COVID-19: por uma agenda de reformas para fortalecer o Sistema Único de Saúde

**A** pandemia do novo coronavírus e seus efeitos sociais e econômicos demonstraram a importância de se investir em sistemas de saúde. A pandemia resultou em contração do produto interno bruto (PIB) global em mais de 3% em 2020, com queda de 4,1% no Brasil, além do aumento do desemprego e da pobreza ao redor do mundo.<sup>1</sup> No Brasil, só em 2020, o Governo Federal destinou mais de 56 bilhões de reais (aproximadamente 0,76% do PIB e 20% do orçamento total da saúde no período) em recursos adicionais para ações de combate à pandemia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).<sup>2</sup> Apenas o Governo Federal aplicou em 2020 o equivalente a 2,16% do PIB em ações e serviços públicos em saúde, em comparação a 1,68% do ano anterior.<sup>3</sup> Esses recursos permitiram aumentar transferências federais a estados e municípios para aumentar a capacidade de leitos de unidades de terapia intensiva (UTI), comprar insumos essenciais, testar a população para o vírus e comprar vacinas contra a COVID-19.

**De acordo com as últimas Contas-Satélites de Saúde (CSS), o Brasil gasta 9,2% do seu PIB em saúde.**<sup>4</sup> Desse total, os gastos públicos representam 3,8% do PIB (sem considerar o gasto indireto da renúncia fiscal, que soma aproximadamente 0,5% do PIB), enquanto os gastos privados somam 5,4% do PIB. O Setor da Saúde Suplementar cobre 22,5% da população brasileira, o que representa mais de 47 milhões de beneficiários, com receitas anuais de contraprestações que ultrapassam 220 bilhões de reais. O setor da saúde também tem importância econômica estratégica, com crescente participação na composição do valor adicionado total da economia brasileira (7,6%), na geração de renda (9,6%) e no número total de empregos (7,1%), com um crescimento no número

de postos de trabalho maior que o observado para a média da economia. Os dados disponíveis apontam que cada 1% adicional investido em saúde no Brasil resulta em 1,44% a mais na renda das famílias.<sup>5</sup>

**A pandemia da COVID-19 acentuou a urgência de acelerarmos o desenvolvimento do complexo econômico-industrial da saúde brasileiro**, de modo a reduzir a dependência produtiva e tecnológica em área tão sensível e estratégica. O complexo econômico-industrial da saúde é um motor indiscutível da economia, com grande potencial de crescimento. Esse complexo interliga vários setores industriais (setores de química, biotecnologia, materiais mecânicos e eletrônicos) e de serviços de saúde. Nossa política nessa área visa ampliar o acesso da população brasileira a produtos e tecnologias de saúde e, ao mesmo tempo, diminuir a vulnerabilidade do SUS, racionalizando o poder de compra do Estado. Para isso, buscamos fomentar a inovação, o desenvolvimento tecnológico e o intercâmbio de conhecimento e promover o desenvolvimento e a fabricação em território nacional de produtos estratégicos para o SUS.

**Segundo dados da CSS, em 2017, os produtos relacionados à saúde representavam apenas 0,7% do total exportado pelo país.** As importações de farmoquímicos (princípios ativos usados na produção de medicamentos) representaram 76,4% da sua oferta total.<sup>6</sup> E a importação de medicamentos para uso humano correspondeu a 24,1% da oferta total do produto. Em 2020, primeiro ano da pandemia de COVID-19, segundo dados da Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde, a balança comercial do setor saúde ficou deficitária em US\$ 5,5 bilhões – um aumento

<sup>1</sup> IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2021.

<sup>2</sup> Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde. Disponível em: <https://qsprod.saude.gov.br/extensions/DEMASC19SIOPS/DEMASC19SIOPS.html>

<sup>3</sup> Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde. Elaboração própria.

<sup>4</sup> Conta-Satélite de Saúde: Brasil – 2010-2017, IBGE (2019).

<sup>5</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Comunicados do Ipea nº 75 – Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. IPEA (2011), 17p. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4634/1/Comunicados\\_n75\\_Gastos\\_com.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4634/1/Comunicados_n75_Gastos_com.pdf)

<sup>6</sup> Conta-Satélite de Saúde: Brasil – 2010-2017, IBGE (2019).

de 12,5% em relação ao ano anterior. As importações somaram US\$ 6,2 bilhões, ao passo que as exportações foram da ordem de US\$ 726 milhões.<sup>7</sup> Esses números deixam claro a importância de o Brasil buscar a sustentabilidade tecnológica e econômica do SUS a curto, médio e longo prazos, por meio da promoção de condições estruturais para aumentar a capacidade produtiva e de inovação do país, resultando na redução do déficit comercial do setor e na garantia do direito à saúde de todos os brasileiros. Para estarmos mais bem preparados para responder a futuras emergências de saúde pública, precisamos assegurar mais investimentos no complexo econômico-industrial da saúde, em parceria com o setor privado.

**O Sistema de Saúde Brasileiro, público e privado, foi posto à prova durante essa crise sem precedentes.**

O SUS, em particular, tem sido o principal ativo da sociedade brasileira no enfrentamento à pandemia e seus efeitos na

saúde e na vida da população. Reforçar o Sistema de Saúde Brasileiro passa necessariamente por identificar políticas públicas que melhorem a qualidade dos gastos, públicos e privados, em saúde, de forma a garantir os princípios estabelecidos na Constituição Brasileira de 1988. Esta edição especial do *Jornal Brasileiro de Economia da Saúde*, uma parceria do Ministério da Saúde com o Banco Mundial, busca fomentar um debate estratégico sobre políticas de saúde que busquem aumentar a eficiência e garantir a sustentabilidade do Sistema de Saúde Brasileiro. Essa discussão é parte dos esforços contínuos de modernização do Estado brasileiro, que tem por objetivo principal melhorar o acesso e a qualidade dos serviços prestados à população brasileira, ao mesmo tempo que busca maximizar o uso dos recursos públicos para dar respostas sustentáveis às demandas da sociedade brasileira.

**Rodrigo Otávio Moreira da Cruz**  
*Secretário Executivo, Ministério da Saúde*

<sup>7</sup> Boletim Econômico, Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde (2021).